



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO N° _____, DE 2019
(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer a aprovação de Moção de Desagravo à Universidade de Brasília face às inconsequentes declarações proferidas pelo ministro da Educação que atentam diretamente contra o princípio constitucional da autonomia universitária, da legalidade e da moralidade na Administração Pública.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base nos termos regimentais, a aprovação de Moção de Desagravo à Universidade de Brasília, e em defesa da honra e da imagem dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação e estudantes, face às inconsequentes declarações proferidas pelo ministro da Educação que atentam diretamente contra o princípio constitucional da autonomia universitária, da imparcialidade e da legalidade na Administração Pública.

MOÇÃO DE DESAGRAVO

Considerando que a Universidade de Brasília (UnB), atualmente sob a gestão da Magnífica Reitora, Márcia Abrahão – primeira mulher a ocupar tão relevante cargo, – e do Vice-Reitor, Enrique Huelvas, os quais exercem com notória vivacidade a defesa de uma gestão democrática, participativa, e de uma educação pública, laica e de qualidade para todos;

Considerando que pela UnB passaram intelectuais emblemáticos do pensamento nacional, desde o seu fundador, Darcy Ribeiro, que afirmava que se não houvesse a construção de escolas, faltaria dinheiro para construção de presídios, chegando aos atuais pensadores que aqui travam uma luta cotidiana, à luz da compreensão de que a educação é a política pública mais generosa e estruturante, a prática mais humana, tendo em vista a profundidade e amplitude de sua influência na existência das pessoas;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Considerando que nesse momento delicado da história brasileira em que são deflagradas intensas investidas de setores retrógrados e conservadores contra a democracia e as universidades do país, a UnB, mais uma vez, foi vítima dos ataques e da verborragia agressiva do atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub, sendo prática reincidente deste senhor colocar as universidades, os estudantes, os professores e a educação pública como inimigos, destilando contra os mesmos inomináveis ataques e mensagens persecutórias;

Considerando que, em entrevista divulgada recentemente em um jornal reconhecidamente parcial e de linha conservadora, o ministro teve o despautério de acusar, sem provas e de forma leviana, as Universidades Federais de terem “plantações extensivas de maconha”, chegando a dizer que os “laboratórios de química” das universidades se transformaram em usinas de fabricação de drogas sintéticas, como metanfetamina; e que o ministro citou na própria rede social trechos da entrevista concedida como exemplo de prática de delitos nas universidades federais, que são, respectivamente, de 2017 e de maio de 2019, e cita a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sem provas que fundamentem tais declarações, ofendendo assim a honra e a imagem dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação e estudantes ao dizer que as instituições de ensino são “madraças de doutrinação”;

Considerando que a postura desarrazoada do ministro colide diretamente com o Código de Conduta da Alta Administração Pública, aprovado pela Exposição de Motivos nº 37 de 18 de agosto de 2000, que dispõe que as autoridades públicas deverão pautar-se pelos padrões da ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à clareza de posições e ao decoro, com vistas a motivar o respeito e a confiança do público em geral”, sendo assim inadmissível que um Ministro de Estado faça uso de tão relevante cargo para propalar informações inverídicas, com o fiel objetivo de violar o princípio constitucional da autonomia universitária, além dos princípios da imparcialidade e da legalidade na administração pública;

Considerando que a UnB é uma das principais instituições de Ensino Superior da América Latina e a oitava melhor do Brasil, conforme o ranking Times Higher Education (THE), com crescente excelência acadêmica, nas mais diversas áreas e que as declarações irresponsáveis do ministro demonstram profundo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

desconhecimento e desrespeito acerca do papel constitucional da universidade, e que a UnB, assim como as demais instituições públicas federais, constitui patrimônio de todo o povo brasileiro;

Apresentamos moção de desagravo face às inconsequentes declarações proferidas pelo ministro da Educação em detrimento da Universidade de Brasília e das demais instituições brasileiras de ensino, declarações dignas do mais absoluto repúdio, e neste ato reafirmamos o compromisso com a defesa intransigente da UnB e de todo o seu legado em prol de uma educação pública, laica e de qualidade, ao mesmo tempo em que nos solidarizamos com a reitora Márcia Abrahão e todos os membros da Comunidade Universitária, saudando a todos com palavras de resistência e resiliência, relembrando Cora Coralina, que dizia “Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores”. Enquanto os terraplanistas plantam ódio, mentiras, difamações e criam seus inimigos imaginários, nós, que estamos do lado certo da História, continuaremos plantando as sementes da liberdade de pensamento, da valorização da universidade como instrumento fundamental para o desenvolvimento social, intelectual e econômico do Brasil, bem como para a efetiva emancipação do povo brasileiro.

Brasília-DF, 10 de dezembro de 2019.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**